ISSN: 2358-8829

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2025: o que tem de novo?

Bárbara Diniz Lima Vieira Arruda [1]
Francisca Rejane Bezerra Andrade [2]

RESUMO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva passou, em 2025, por novas discussões e reformulações que reacenderam debates sobre inclusão, acessibilidade e garantia do direito à educação para pessoas com deficiência no Brasil. Nesse cenário, este trabalho busca refletir sobre essas alterações e compreender seus possíveis impactos para estudantes público-alvo da educação especial. Parte-se da compreensão de que as políticas públicas não são neutras, mas construídas em meio a disputas, interesses e diferentes concepções sobre inclusão, direito à educação e papel da escola. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica, com base na análise de legislações, documentos oficiais e produções acadêmicas que discutem educação especial e políticas de inclusão. Além disso, realizou-se uma reflexão teórica sobre as mudanças apresentadas na política de educação especial em 2025, buscando compreender os sentidos que atravessam essas transformações e os debates que elas têm provocado no campo educacional. Ao longo da análise, percebe-se que as mudanças têm gerado preocupações entre pesquisadores, profissionais da educação e representantes dos movimentos sociais, principalmente em relação à possibilidade de enfraquecimento do paradigma da educação inclusiva construído nas últimas décadas. Entre os pontos debatidos, destacam-se questões relacionadas à permanência de estudantes com deficiência nas classes comuns do ensino regular e ao fortalecimento de espaços especializados de atendimento. Embora existam argumentos que defendem a ampliação das possibilidades de suporte educacional, também há críticas que apontam para o risco de reforço de práticas segregadoras. Dessa forma, compreende-se que a política de educação especial de 2025 se constitui como um importante espaço de debate sobre inclusão, equidade e garantia de direitos. Mais do que discutir modelos educacionais, trata-se de refletir sobre quais concepções de educação e de sociedade estão sendo defendidas no processo de formulação dessas políticas.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência, Políticas, Inclusão.

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, barbaradlva1@gmail.com;

2 Docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, rejane.bezerra@uece.br;